

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEU ESTÁGIO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO:  
CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

**DAIANE LIMA DA SILVA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)

**VICENTE DA ROCHA SOARES FERREIRA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)

**LUCÉLIA ROCHA DA SILVA**

# ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEU ESTÁGIO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

## 1. INTRODUÇÃO

A economia solidária tem se demonstrado como um tema de grande importância para as pesquisas e para a sociedade em geral devido a sua dimensão social, política e econômica. No âmbito acadêmico, a área tem ganhado relevância, presente como tema em cursos de graduação, pós-graduação e em projetos de extensão, como as incubadoras tecnológicas de empreendimentos econômicos solidários. Essa visibilidade também é percebida na sociedade civil por meio da articulação das organizações vinculadas ao campo, com os movimentos populares e também com as diversas políticas públicas implementadas em nível federal, estadual e municipal (França Filho, 2007).

Utting (2016), em um estudo para o Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social – UNRISD, também afirma que o interesse dos acadêmicos, dos ativistas e dos formuladores de políticas públicas pela economia solidária aumentou de forma acentuada nos últimos anos e que isso é devido às consequências da crise global financeira, quando então, busca-se alternativas de geração de emprego.

Analisando as origens do campo, as noções de solidariedade e comunidade surgiram antes da constituição do capitalismo, sendo a evolução da economia solidária concomitante à trajetória da economia social. A economia social surge como uma reação aos prejuízos sociais causados pela Revolução Industrial no século XIX, e tinha como objetivo reparar as disfunções do capitalismo. As organizações em torno dessa nova economia baseavam-se no trabalho coletivo e solidário, contestavam a apropriação do lucro individual e defendiam a redistribuição de renda. Contudo, as experiências e as organizações derivadas da economia social começaram a evoluir e se especializar e, diante disso, seu quadro teórico tornou-se insuficiente para explicar as práticas solidárias da atualidade, e que um novo movimento manifestou-se na década de 80, que é a economia solidária, que retoma para sua dinâmica a noção de solidariedade, resgatando o espaço local e as iniciativas populares e comunitárias (Andion, 1998).

No quadro teórico brasileiro a economia solidária é descrita como um campo em construção, que surge nos anos 1980 e 1990 em resposta a um quadro de transformações sociais, como a crise do trabalho assalariado, desemprego, a incapacidade do mercado de trabalho formal de absorver todos os indivíduos e a exclusão daqueles que não conseguem adequar-se as demandas do sistema vigente e vivem na informalidade. Diante das dificuldades desse contexto, essas pessoas organizaram-se e formaram cooperativas, associações, clubes de troca, movimentos sociais rurais e urbanos, assentamentos agrários, bancos populares e empresas autogeridas, nas quais o trabalho é baseado na autogestão, solidariedade e coletividade, e dessa forma, essas práticas são reconhecidas pelo nome de Economia Solidária (Gaiger, 2013; Leite, 2009; Pochmann, 2004).

A economia solidária, por meio dos seus empreendimentos, traz grandes contribuições para o âmbito social, econômico e político no Brasil, pois promove desenvolvimento local à medida que se articula e interage com o Estado, gera coesão social e empregos e influencia a economia por meio das ações de suas organizações (Andion, 1998). No entanto, Nagem e Silva (2013) indicam como desafio ao campo a necessidade de um ambiente institucional para que economia solidária tenha apoio e reconhecimento, e dessa forma, seus empreendimentos possam ser formalizados.

E ainda, essa área vem sendo reconhecida como política pública nos últimos anos. França Filho (2007) apresenta a economia solidária como um movimento complexo e, em

função disso, pode ser estudada por vários ângulos, um deles é pensar a economia solidária enquanto política pública, sendo essa a forma de compreensão mais recente sobre o assunto. Devido às práticas e experiências já existentes no país, à economia solidária foi concedido o status de política pública e os estudos nessa vertente devem buscar compreender os efeitos e resultados dessas políticas (França Filho, 2007).

Andion (1998) já reconhecia avanços nas práticas do campo, mas indicava também a falta de pesquisas sobre essas organizações, particularmente no âmbito da administração. Nagem e Silva (2013) abordam as dificuldades do campo e indicam como desafio a necessidade de um ambiente institucional para a economia solidária para que o campo tenha apoio e reconhecimento e seus empreendimentos possam ser formalizados.

No Brasil, poucos estudos têm foco na institucionalização do campo da economia solidária por meio das políticas públicas, mas algumas investigações nesse sentido podem ser destacadas. O trabalho de Nagem e Silva (2013) estudou a política de economia solidária no governo federal em 2003, implementada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. Schiochet (2009) mostrou em seu estudo a trajetória do movimento e os desafios superados e os que ainda necessitam ser enfrentados, em uma estratégia de promoção de desenvolvimento territorial e sustentável. Singer, Silva e Schiochet (2014) demonstraram como a economia solidária consolida-se em uma estratégia de desenvolvimento, mas ainda necessita de apoio do poder público e as suas maiores demandas são em assessoria técnica, formação profissional, abertura de crédito, assessoria para a constituição de bancos comunitários, fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito. Contudo, ainda não há dados consolidados sobre o estágio de institucionalização do campo no âmbito dos Estados brasileiros. Dessa forma, este estudo tem o objetivo de identificar e descrever a contribuição das políticas públicas para o processo de institucionalização do campo da economia solidária.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. Economia Solidária no Contexto Brasileiro**

Pesquisadores do ramo de economia solidária no Brasil identificaram seu surgimento a partir dos anos de 1980 quando uma crise no sistema assalariado de trabalho atingiu o país acarretando grandes impactos negativos, como desemprego e instabilidade econômica, incit a busca por alternativas de emprego e renda (Gaiger, 2013; Leite, 2009; Pochmann, 2004). Outras circunstâncias específicas também estão ligadas ao surgimento do movimento, como a formação de cooperativas de trabalho, de produção, associações de trabalhadores, envolvendo setores populares que se apoiavam na autogestão e da solidariedade comunitária na busca por seus coletivos interesses (Gaiger, 2013; Leite, 2009). Pochmann (2004) afirma, ainda, que o impulso inicial da economia solidária está atrelado a dois movimentos específicos no Brasil, quais sejam: o surgimento de um expressivo excedente de mão-de-obra e de um movimento formado por militantes sociais e críticos comprometidos com a busca por alternativas de organização social e laboral objetivando a geração de trabalho, renda e mudança no modo de vida para as pessoas excluídas da sociedade.

Na visão de Singer, Silva e Schiochet (2014) a economia solidária é um modo de produção coletivo em que todos os membros esforçam-se conjuntamente e beneficiam-se da mesma forma, e que por resgatar uma parcela da população da situação de extrema pobreza, constitui-se em uma estratégia de promoção de desenvolvimento territorial e sustentável.

Sobre a relação da economia solidária e a tentativa de superação da exclusão social, Singer (2008) afirma que, de fato, acolher as pessoas excluídas do mercado de trabalho foi e continua sendo a função da economia solidária no Brasil, ou seja, ela tem uma função social,

pois insere as pessoas, ao mesmo tempo, na produção e na vida social. No entanto, a economia solidária não se limita somente a isso, ela busca estabelecer uma outra economia que, diferente da economia de mercado, é desalienante, ao passo que proporciona às pessoas um ambiente de trabalho democrático e igualitário.

Apesar da economia solidária ter surgido no Brasil como resposta a uma crise no sistema assalariado de trabalho, e reconhecida então como uma alternativa de geração de trabalho e renda, o movimento pode ser visto para além do preenchimento dessa lacuna. Sobre esse debate, Andion (1998) apresenta suas contribuições ao discutir em seu trabalho os diversos papéis da economia solidária e identifica o impacto de suas práticas nas dimensões social, econômica e política. Dessa forma, a autora apresenta a economia solidária em três eixos principais: primeiro como meio de promoção de desenvolvimento local e a interação dessas organizações com o Estado; o segundo eixo refere-se à capacidade de geração de coesão social e de empregos; e, por último, destaca-se as influências das práticas de economia solidária na economia geral.

Vale ressaltar que a inclusão da perspectiva local na noção de desenvolvimento traduz-se em uma estratégia de reunir esforços para promover a interação entre diferentes poderes locais e a participação da sociedade. Nessa perspectiva de desenvolvimento local é que se insere a economia solidária, uma vez que o intuito é articular princípios de solidariedade, de democracia na realização de atividades econômicas, como forma de enfrentar problemas locais (França Filho & Laville, 2004).

Para se estabelecer como estratégia concreta de enfrentamento de problemas locais, a economia solidária, entretanto, necessita ainda de um marco legal ou marco regulatório para suas práticas, pois sem uma legislação adequada que considere a singularidade e a realidade do movimento, não há como os empreendimentos atingirem todo o seu potencial (França Filho, 2008). A falta de uma legislação que regule a forma de organização dos empreendimentos e os aspectos trabalhistas, acaba por restringir o avanço dessas práticas e seu potencial de mudança. Nesse ponto, estabelece-se uma discussão: a importância da legitimação das práticas e da institucionalização da economia solidária. A seguir, são apresentados algumas reflexões e questionamentos a esse respeito.

## **2.2. Políticas Públicas e a Economia Solidária**

No que tange à economia solidária, as políticas públicas têm um papel fundamental, pois é por meio delas que se dá a institucionalização de seu campo. Nesse sentido, Natividade, Pereira e Oliveira (2011) ressaltam que a economia solidária vem se desenvolvendo no Brasil e está inserida na agenda do Estado como uma preocupação com políticas públicas governamentais, ainda que não seja de forma ideal.

A ampliação da economia solidária e a realização de seu potencial transformador exigem uma ampla gama de políticas públicas de apoio em diferentes níveis, participação efetiva, formas inovadoras de financiamento, bem como aprender e implementar experiências de implementação com base em pesquisa, monitoramento e avaliação. Embora o apoio do governo possa desempenhar um papel na ampliação do campo, ele também pode diluir seu potencial transformador, se os processos não forem construídos em conjunto, Estado em parceria com os atores da economia solidária (Utting, 2016). Contudo, as políticas públicas de economia solidária muitas vezes não consideram as premissas e valores desse campo. Segundo Alcântara (2005), a ação do Estado por meio de projetos não é suficiente para solucionar a institucionalização dessa prática, é preciso um contexto sócio institucional no qual os empreendimentos econômicos solidários possam atuar e consolidar-se. Para que esse patamar

seja alcançado o ambiente precisa ser socialmente construído com apoio das políticas pública e campanhas institucionais por parte do Estado. A autora afirma ainda que existe uma ausência de dados sobre as iniciativas do governo para a institucionalização da economia solidária e, portanto, não há como se afirmar em que nível estaria esse processo.

A respeito desses instrumentos que devem ser desenvolvidos, pelo Estado para fomentar e apoiar a economia solidária, alguns estudos apontam fatores políticos, sociais e econômicos que devem ser observados na proposição da política pública por impactarem diretamente os empreendimentos econômicos solidários. Nesse sentido, em uma pesquisa que teve como objetivo divulgar os resultados de estudos desenvolvidos pelo Ipea, Silva (2017) identificou e analisou as dimensões socioestruturais dos empreendimentos econômicos solidários. Ao considerar que esses empreendimentos constituem estratégias populares para geração de trabalho e renda, o autor considera primordial a criação de instrumentos que valorizem o potencial produtivo dos mesmos como programas diferenciados de crédito via bancos públicos; assessoramento técnico; programas de divulgação de produtos; fornecimento de estruturas físicas e apoio a eventos de comercialização; compras públicas de produtos específicos; manutenção de canais atualizados de produção e disseminação de informações sobre a dinâmica da economia solidária em diferentes territórios (Silva, 2017).

Em outro estudo, a respeito da institucionalização da economia solidária e a execução das políticas públicas no Brasil, Nagem e Silva (2013) concluíram que a economia solidária deve ser vista como uma alternativa real de desenvolvimento e não apenas paliativa, e sugeriu que para isso o governo deveria direcionar seus esforços para alguns desafios, tais como: proporcionar um ambiente institucional favorável a formalizações dos empreendimentos econômicos solidários; canais de financiamento adequados à realidade dos grupos; criação de programas de assistência técnica; viabilizar o acesso a canais de acesso a mercados institucionais, por meio de compras públicas.

Diante disso a ausência de um marco regulatório adequado para a economia solidária no Brasil é apontada por Silva e Silva (2015) como um gargalo e um assunto bastante pautado nas Conferências Nacionais de Economia Solidária nos anos 2006 e 2010. Esse marco é importante para estabelecer a política pública de economia solidária como uma política de Estado e, na opinião dos autores, os eixos de atuação deveriam concentrar suas ações na formação, assessoramento técnico, acesso a crédito e finanças solidárias, e também aos mercados para comercialização solidária e práticas de comércio justo.

Uma questão relevante que deve ser considerada na construção e implementação de uma política pública de economia solidária é a interação entre os diversos atores sociais do movimento. França Filho (2007) identifica quem são esses atores e classifica-os em quatro grupos. Em primeiro lugar estão os empreendimentos econômicos solidários; depois as entidades de apoio e fomento - EAF; na terceira categoria estão as formas de auto-organização política, que são as redes e fóruns de economia solidária; e por último, estão grupos denominados pelo autor de nova institucionalidade pública de Estado, são exemplos a SENAES e outras estruturas políticas do Estado, como secretarias, diretorias, superintendências. Além dessa categorização, França Filho (2007) também estabelece dois níveis para as interações e articulações entre os atores, primeiro tem-se as interações entre os atores e segundo as relações que se estabelecem dentro da própria estrutura de governo. Essas interações contribuem para o alcance de uma maior democratização das políticas públicas de economia solidária, governo além de impulsionar a participação e o controle social (G. C. de França Filho, 2007; Praxedes, 2009).

Diante desses fatores, que impactam os empreendimentos econômicos solidários, e assim, caracterizam o ambiente institucional em que a economia solidária está inserida, e

assumindo como pressuposto que tal ambiente impõe às organizações regras, normas e exigências, às quais elas devem adequar-se para obter legitimidade, reconhecimento social e apoio, tanto para si próprias como para seus adeptos, pois pode-se verificar que a economia solidária parece ser vista simplesmente como uma alternativa atenuante ao problema do desemprego, e não como uma nova proposta de desenvolvimento.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada é de enfoque qualitativo e de finalidade exploratória e descritiva, com a utilização de casos múltiplos (Saunders, Lewis, & Thornhill, 2009; Yin, 2010) para identificar e descrever a contribuição das políticas públicas para o processo de institucionalização do campo da economia solidária. Esse delineamento de pesquisa descritiva deve-se ao fato de que o objetivo é descrever em profundidade o quadro atual de um fenômeno social complexo, e o enfoque exploratório justifica-se pela finalidade de investigar um campo ainda em construção, no caso dessa pesquisa, o estágio da institucionalização da economia solidária.

O objeto de pesquisa escolhido são as políticas públicas de economia solidária que se encontram descentralizadas nos estados brasileiros. Portanto, foram analisadas políticas formuladas a nível estadual. As unidades de investigação ou casos foram as políticas públicas estaduais destacando a economia solidária no interior das estruturas de governo e o desenvolvimento das ações governamentais que legitimam suas práticas locais e caracterizam o ambiente institucional do campo naquele estado. Essa estratégia metodológica justifica-se porque o que se procurou investigar e conhecer foi o ambiente institucional local, o reconhecimento social e apoio que a economia solidária possa ter em determinado Estado.

Para escolha dos casos que foram estudados foi necessário realizar a primeira etapa da coleta dos dados e responder ao primeiro objetivo específico da pesquisa, qual seja, verificar quais estados possuíam legislação que regulamentava o apoio e fomento à economia solidária. Portanto, nessa fase foi realizada uma pesquisa documental para mapear tais políticas estaduais. O acesso aos documentos se deu a partir da combinação de três fontes: *sites* oficiais de cada uma das vinte e sete unidades federativas analisadas, *site* da assembleia legislativa estadual e Diários Oficiais dos Estados. Como resultado dessa primeira etapa, observou-se que, das vinte e sete unidades federativas, dezoito possuíam uma política pública de fomento e apoio à economia solidária (AC, AL, BA, DF, ES, MA, MT, MS, MG, PA, PE, PI, RN, RS, RO, SP, TO) e um estado (RJ) que possuía uma lei que aprovava um programa de fomento.

Com base nesse panorama nacional de políticas estaduais de economia solidária, foram escolhidos quatro casos: Distrito Federal, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Eisenhardt (1989) considera que não existe um número ideal de casos a serem investigados e normalmente entre 4 a 10 é suficiente. Dessa forma, entendeu-se que o número de casos alcançados é suficiente para realizar as análises e alcançar os objetivos propostos. É suficiente, também, porque nem todas as unidades da Federação têm políticas estabelecidas, como já demonstrado.

Os dados da pesquisa foram coletados a partir de fontes primárias e secundárias, quais sejam, entrevistas e pesquisa documental. Yin (2010) e Gray (2012) aconselham que os estudos de caso utilizem múltiplas fontes de evidência e não uma única, pois essa estratégia permitirá que o pesquisador consiga identificar uma maior variedade de aspectos históricos e comportamentais e também as conclusões de seu estudo serão mais sólidas, detalhadas e assertivas.

A primeira etapa de coleta de dados foi a pesquisa documental que embasou a escolha dos casos de investigação. Na segunda etapa, foi realizada a pesquisa de campo nas unidades de

análise, por meio da aplicação de entrevistas. As entrevistas são fundamentais para o estudo de caso, pois os entrevistados podem fornecer ao pesquisador *insights* relevantes sobre o tema (Yin, 2010). Outro aspecto que reforça a importância da entrevista para esta pesquisa, é o fato de constituir-se em uma adequada abordagem para os estudos exploratórios (Gray, 2012). Na terceira etapa foi realizada uma nova pesquisa documental na busca por evidências que respaldassem os elementos das entrevistas.

As entrevistas foram aplicadas aos servidores públicos, comissionados e efetivos, responsáveis pela implementação da política pública de economia solidária naquele estado e pelo desenvolvimento das demais ações governamentais. A seleção dos indivíduos entrevistados foi feita a partir de negociação com a autoridade responsável de cada estado. O número de entrevistas foi 4 no Distrito Federal, cinco em Minas Gerais, dez na Bahia e três em Pernambuco, sendo um total de 22 entrevistas.

Após as entrevistas na pesquisa de campo, uma outra pesquisa documental foi realizada para respaldar as respostas obtidas nesta fase anterior. Foi feita uma busca por notícias relacionadas à realização de ações, programas e eventos de economia solidária realizadas pelo órgão responsável naquele Estado. A busca por esses documentos também se justificou pelo fato de que essas ações caracterizam o ambiente institucional e contribuam para a legitimação do campo. Os dados foram acessados nos *sites* do órgão implementador e foram utilizados os resultados relacionados diretamente com o tema. Essa estratégia também se constitui em uma forma de validar os dados obtidos durante a realização das entrevistas. Além das entrevistas e das notícias coletadas nos *sites* dos governos foram analisados também a legislação estadual que aprovou a política de economia solidária nos Estados pesquisados, os decretos de regulamentação, portarias e planos estaduais de economia solidária.

Para análise dos dados foi feita transcrições na íntegra das entrevistas, a codificação dos dados nas categorias de análise com auxílio do *software* NVivo, com o intuito de possibilitar a triangulação dos dados e verificar se havia consonância entre as mensagens dos entrevistados, o que estabelecia a legislação e o que era desenvolvido e noticiado pelo Estado.

As categorias de análise consistem na resposta ao segundo objetivo específico dessa pesquisa, pois são fundamentadas na revisão teórica e consistem de forma geral nos fatores políticos, sociais e econômicos que impactam os empreendimentos econômicos solidários. Com base nessa revisão teórica chegou-se a definição *a priori* de quatro categorias de análise: comercialização; apoio técnico; formalização, acesso a crédito e ações intragovernamentais e com outros atores da política.

## **4. RESULTADOS**

Nesta seção são apresentados os resultados da análise de conteúdo entre os casos, em que as categorias analíticas foram utilizadas para o estabelecimento de relações entre os temas investigados. Para atestar as evidências que levaram às conclusões obtidas, foram transcritos trechos selecionados dos materiais coletados no trabalho de campo e na pesquisa documental.

### **4.1 Instrumentos de Apoio à Comercialização dos Empreendimentos Econômicos Solidários**

Um dos principais pontos de vulnerabilidade dos empreendimentos econômicos solidários é a dificuldade de acesso aos mercados e a políticas de comercialização (Leite, 2009; Silva & Silva, 2015). O apoio a atividades comerciais dos empreendimentos constituiu-se em um dos temas das políticas de fomento implementadas pela SENAES, que buscava apoiar as

feiras de economia solidária em todo território do país com doação de recursos materiais necessários (Singer, 2009).

Todos os casos analisados instituem em suas políticas o apoio à comercialização dos empreendimentos. No Distrito Federal, uma das ações executadas é o chamado “Circuito Ecosol”, que consiste na realização de uma feira itinerante mensal, que ocorre em vários pontos da cidade, como *shoppings* e o pátio do Centro Público. Em 2017, foram realizadas 18 feiras nesse circuito (Entrevista 2, Distrito Federal). A gerência de economia solidária também oferece suporte para a realização de outras feiras por meio da intermediação para retirada de alvará de funcionamento e isenção da cobrança por uso de área pública.

Já em Minas Gerais é realizada de uma feira anual em cada um dos territórios do fórum mineiro de economia solidária, sendo um total de 11 feiras por ano. Essas feiras são realizadas com recursos previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental de Minas Gerais, para uma ação chamada “estruturação e manutenção de espaços para comercialização dos produtos”. Contudo, essa forma de atuação foi repensada para que se aumentasse a periodicidade dessas feiras e, então, esses territórios foram beneficiados com *kits* de 30 barracas personalizadas e demais equipamentos necessários para realização dessas feiras. Dessa forma, as feiras poderiam ocorrer no mínimo uma vez por mês. Além dessas 11 regionais, foi possível avançar com o apoio a mais 8 territórios por meio da doação de um total 570 *kits* de barracas para as feiras regionais (Entrevista 1, Minas Gerais).

No estado da Bahia, umas das principais formas de apoiar a comercialização dos empreendimentos são os Centros Públicos. Nesse espaço multifuncional cria-se a chamada loja solidária, que consiste em um local de comercialização, onde os empreendimentos da região expõem seus produtos para venda e selecionam pessoas entre os membros do grupo para trabalharem nesse espaço em um sistema de rodízio. Alguns desses espaços solidários conseguiram sair do âmbito do Centro Público e se instalarem em outros centros comerciais, como *shoppings centers*. Em Salvador, há duas lojas solidárias nos dois maiores *shoppings* da cidade, que é resultado de uma parceria entre a administração do *shopping* e a Superintendência de Economia Solidária. Uma das lojas solidárias no *shopping* integra cerca de 45 grupos, entre associações, cooperativas e grupos de artesões de Salvador e região metropolitana. Os produtos comercializados nesse espaço são provenientes de atividades de artesanato e doces feitos por grupos da agricultura familiar (Entrevista 5, Bahia).

É importante destacar que nas ações de comercialização possuem foco na estruturação dos empreendimentos em rede. Editais para formação de redes foram lançados e o segundo edital teve em torno de 12 milhões em recursos. Esse edital abrange tanto fomento de redes que já existem como a formação de novas redes (Entrevista 9, Bahia).

Em Pernambuco, para implementar ações de apoio à comercialização, a Gerência de Economia Solidária executa um projeto chamado Integra que apoia a realização de feiras, a criação de redes de comercialização e de espaços culturais multifuncionais, que além de permitir a venda de produtos, também conta com apresentações culturais, feiras de troca e divulgação do movimento da economia solidária para a população local. O apoio para a efetivação desses espaços ocorre com o fornecimento de estandes, barracas, pessoas para trabalhar na organização do evento e divulgação do mesmo. A Gerência também fornece espaço aos empreendimentos no Centro de Artesanato de Pernambuco, que pertence ao governo do estado e é ligado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco – SDEC. Para utilização desse espaço são selecionados empreendimentos a partir de critérios estabelecidos por uma curadoria, da qual a Gerência de economia solidária faz parte. Outra ação desenvolvida é a viabilização da participação dos empreendimentos de economia solidária na Fenearte, que é a maior feira de artesanato da América Latina, que acontece todos os anos em Pernambuco.



(Entrevista 2, Pernambuco).

Diante desses resultados pode-se perceber que no Distrito Federal ainda não há estímulo à criação de redes e os espaços públicos criados para essa função são poucos. Em Pernambuco as ações nesse sentido são mais numerosas. Minas Gerais também promove expressivas ações de comercialização realizando feiras em diversos territórios e parceria com prefeituras para utilização de espaço físico. No entanto, de todos os casos analisados o estado da Bahia está à frente no número e na abrangência das ações, pois além de também realizar as ações já feitas pelos outros estados, promove também o fomento, a criação e desenvolvimento de redes por meio de editais. No estado também se realizam feiras e circuitos promovidos diretamente pela Superintendência e, por meio dos Centros Públicos, também se estabeleceram parcerias com entidades privadas, como *shopping centers* para angariar mais espaços de comercialização. Desse modo, pode-se notar que o nível de implementação de ações de apoio à comercialização no estado da Bahia é maior do que nos demais casos analisados pelas observações do número de ações de promoção da economia solidária naquele Estado.

## 4.2 Apoio Técnico

A necessidade por assessoramento técnico traduz-se em dos maiores problemas enfrentados pelos empreendimentos econômicos solidários e o apoio a essa demanda deve ser um dos objetivos dos eixos temáticos de atuação das políticas públicas de fomento à economia solidária (Nagem & Silva, 2013; Pochmann, 2004; Silva & Silva, 2015; Silva, 2017). Ações públicas de investimento dessa natureza contribuem para o desenvolvimento da capacidade de auto-organização e autogestão desses grupos, e justificam-se pelo fato de que os empreendimentos possuem como característica a vulnerabilidade social e, recebendo esse tipo de apoio e à medida que vão agregando os conhecimentos necessários, eles passarão a depender cada vez menos de ajuda do governo (Singer et al., 2014).

As quatro políticas públicas analisadas instituem ações dessa natureza. No Distrito Federal foi possível identificar cursos de capacitação sobre precificação, preço justo e solidário. Os empreendimentos também recebem orientação do gerente de economia solidária que fica no Centro Público para oferecer suporte aos grupos. Nesse espaço também são disponibilizados computadores e *internet* que podem ser acessados pelos membros dos empreendimentos assistidos.

No estado de Minas Gerais, são feitas oficinas de formação e doados equipamentos e maquinários necessários de acordo com a natureza das atividades de cada grupo, viabilizados em função de convênios com o governo federal. A Superintendência de Economia Solidária trabalha priorizando ações com públicos específicos como comunidades tradicionais, população indígena, quilombolas, ribeirinhos, mulheres, catadores de material reciclável e acampamentos e assentamentos do Movimento Sem Terra – MST. Para estes últimos, existe o Programa Emergencial de Segurança Alimentar e de Economia Popular Solidária, que atendeu até janeiro de 2018 1.734 pessoas, fornecendo além da formação para se organizarem em cooperativas, os insumos necessários para desenvolvimento das suas atividades. Algumas instituições também são contratadas para ministrar as oficinas de capacitação, como é o caso da Cáritas Brasileira. Após os cursos os empreendimentos também recebem *kits* com os insumos necessários para o desenvolvimento de suas atividades. Um outro projeto, resultado de um convênio com a SENAES, que está presente em 42 municípios mineiros, é a inclusão sócio produtiva desses catadores de material reciclável, por meio do desenvolvimento da coleta seletiva no município e a retirada dos catadores do lixão, organizando-os em cooperativas e associações. Esse projeto é desenvolvido em parceria com os municípios que assinam o termo

de adesão e se comprometem a disponibilizar no mínimo dois técnicos para compor a equipe local que irá implementar o programa, e a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE, por sua vez, fica responsável pelo apoio técnico, assessoramento, formação e fomento aos grupos.

Na Bahia, as ações de apoio técnico estão distribuídas nas quatro coordenações da Superintendência de Economia Solidária e cada uma executa as atividades de assessoria referentes aos seus temas. A Coordenação de Formação e Divulgação de Economia Solidária e Cooperativismo executa o projeto de “Combate ao Racismo Institucional: A contribuição da Economia Solidária para Sensibilização de Gestores Públicos”, que tem o intuito de promover a igualdade racial entre os gestores através dos princípios da economia solidária, como solidariedade e cooperação. Outro instrumento são os Centros Vocacionais Tecnológicos – CVT, que possuem o papel de realizar formação, por meio de cursos e oficinas de diversos temas, e difusão tecnológica para aprimorar os processos produtivos e aumentar a produtividade do trabalho. Estão implementados seis CVT em seis territórios diferentes no estado, voltados para as cadeias produtivas do cacau, caprino-ovinocultura, guaraná, permacultura e o chamado trilha digital. Este último, busca a inclusão social de jovens em situação de vulnerabilidade social por meio de cursos de capacitação e profissionalização. O CVT permacultura visa a apoiar os empreendimentos de agricultura familiar urbana aprimorando as técnicas de manejo para melhorar o processo produtivo.

A Coordenação de Microcrédito e Finanças Solidárias também exerce papel de apoio técnico voltado às ações de sua responsabilidade. Pelo programa de crédito chamado CrediBahia, é disponibilizado espaço com estrutura física necessária e o agente de crédito para orientar e esclarecer dúvidas. Os convênios para fomento de fundos rotativos solidários e bancos comunitários também contribuem com a parte técnica por meio da estruturação física desses grupos. A Coordenação de Inovação e Fomento à Economia Solidária estrutura fisicamente as feiras e requalifica quando necessário, apoia os catadores de material reciclável e fomenta a criação de redes de empreendimentos. A Coordenação de Assistência Técnica e Inclusão Sócio produtiva tem como principal instrumento de execução de suas atividades os Centros Públicos de Economia Solidária, conhecidos como Cesols, que são espaços multifuncionais geridos por organizações sociais, por meio de contrato de gestão, que oferecem formação continuada aos empreendimentos que estão na região do centro público.

No estado de Pernambuco, as ações de apoio técnico são executadas por meio do projeto Integra, que investe em oficinas e cursos de capacitação continuada tanto para gestão do empreendimento como para atendimento de necessidades de grupos específicos, como artesanato, alimentação, agricultura familiar. O foco é voltado para os processos produtivos desses empreendimentos. Outro projeto que também oferece assessoria técnica é o Rescate que apoia catadores de material reciclável de 33 municípios do estado realizando diagnóstico situacional para as associações e cooperativas de catadores, cursos de capacitação, doação de maquinários e equipamentos de proteção individual e ainda a inclusão da cooperativa no Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários - CADSOL. Também são feitas capacitações sobre a gestão do empreendimento, tais como autogestão, que é a forma de se trabalhar em uma cooperativa ou associação, e conscientização e informação sobre o uso correto dos equipamentos de proteção individual. Esse projeto realiza ainda a inclusão no Cadastro Único do governo federal dos catadores organizados em grupos ou aqueles em situação de rua ou nos lixões. Os catadores que se encontram nessas duas últimas situações também são encaminhados outros serviços sociais, como saúde, educação, emissão de documentos, a ideia é realizar a inclusão social dessas pessoas.

Com relação ao objetivo previsto em lei de proporcionar apoio técnico aos

empreendimentos econômicos solidários, no Distrito Federal a meta foi cumprida parcialmente, pois apesar da criação do Centro Público, que é uma ferramenta da economia solidária importante e até mesmo recomendada pela SENAES, as ações ainda são muito tímidas. Em Minas Gerais, as ações são mais robustas, destacando o diferencial de valorização dos conselhos municipais de economia solidária, impulsionando a criação desses espaços e capacitando os conselheiros. Bahia se sobressai no número de ações, público alcançado, articulação com outros órgãos do governo e até mesmo com a publicação de editais e convênios para suprir a demanda de assistência técnica dos empreendimentos. Outro fator que faz com que esse estado saia na frente é a quantidade de Centros Públicos e Centros Vocacionais Tecnológicos instalados nos territórios. Pernambuco também tem ações de apoio técnico sólidas, destacando-se o apoio aos artesões e aos empreendimentos no interior do estado. Diante desse cenário, o que se pode identificar é que o nível de implementação de ações de apoio técnico aos empreendimentos é maior no estado da Bahia do que nos demais casos analisados.

### **4.3 Incentivo à Formalização dos Empreendimentos Econômicos Solidários**

A informalidade constitui-se em um dos grandes obstáculos aos empreendimentos econômicos solidários em nível nacional (Silva & Silva, 2015; Silva, 2017). Um mapeamento realizado pela SENAES em 2013 apontou que dos 19.708 empreendimentos identificados de 2010 a 2012, 30,5% estavam constituídos como grupos informais, que correspondem a 6.018 empreendimentos (Ministério do Trabalho e Emprego, 2013). Singer (2009) considera que esse número é bastantes expressivo e decorre do fato de os empreendimentos não possuírem recursos para realização do registro nos órgãos competentes, pois isso exige dinheiro, esforços e paciência em função das exigências das Juntas Comerciais que não são adaptadas à realidade desse tipo de organização. Com relação às cooperativas, as exigências tornam-se ainda maiores em função da lei vigente que rege o cooperativismo, que é obsoleta e não atende aos princípios norteadores da economia solidária.

Buscando dar visibilidade e reconhecimento público aos empreendimentos econômicos solidários formais e informais, o governo federal criou por meio da Portaria N° 1.780, de 19 de novembro de 2014, do Ministério do Trabalho, o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários – CADSOL. Além desse objetivo, com o banco de dados do CADSOL esperava-se obter informações para subsidiar a formulação de políticas públicas e a elaboração de marco jurídico adequado à economia solidária (Ministério do Trabalho, 2014).

No Distrito a preocupação dos implementadores é o registro no CADSOL. Em Minas Gerais a situação é a mesma, a orientação que a Superintendência fornece aos empreendimentos é de que o primeiro registro é no CADSOL, por se estabelecer como um registro específico para a economia solidária. Após isso, caso seja de interesse do empreendimento, a Superintendência orienta também os próximos passos para realizar o registro nos demais órgãos e enfatiza a importância da formalização, inclusive para acesso a compras institucionais, mas o relato é que há resistência frente a esses registros por parte dos empreendimentos. No estado de Pernambuco, ocorre de maneira bastante enfática é a orientação de registro no CADSOL. São realizadas oficinas de orientação técnica e um dos temas é sobre esse registro específico. A Gerência de Economia Solidária promove também a chamada “Caravana CADSOL”, que trata-se de visitas técnicas nos municípios do interior do estado em que são realizadas capacitações a respeito do CADSOL, informando o que é a economia solidária, como realizar o registro e quais os benefícios que ele traz aos empreendimentos.

A Superintendência de Economia Solidária da Bahia também possui a diretriz de orientar, por meio do centro público, o cadastro no CADSOL. Existe uma equipe que faz a

divulgação desse registro e as demais orientações ficam a cargo do Centro Público. Pode-se destacar também a articulação que a Superintendência faz com a Junta Comercial do estado e com o conselho de cooperativismo para que o atendimento a esses empreendimentos seja adequado à sua realidade. Mas apesar dessa variedade e amplitude de estratégias para efetivar o apoio a formalização e aos registros dos empreendimentos, encontra-se por parte deles resistência por conta da quantidade de exigências burocráticas que ainda existem nos três âmbitos de governo. Como a maioria dos empreendimentos são formados por pessoas de baixa renda, a formalização não é vista como garantia de geração de renda, que é o principal objetivo desses grupos. Essa percepção dos entrevistados converge com o que Singer (2009) expõe, de que as causas de tamanho grau de informalidade dos empreendimentos são as exigências burocráticas a que estão submetidos e a falta de recursos, sejam eles financeiros ou de informação.

Portanto, quanto às ações implementadas nas quatro unidades de análise para apoiar a formalização e registro dos empreendimentos foi constatado que o entendimento geral é de orientação para registro no CADSOL, por ser esse o cadastro próprio para a economia solidária e que leva em consideração as características, princípios e a realidade dos empreendimentos. As legislações possuem basicamente o mesmo objetivo para esse tema, mas não esclarecem de forma mais clara como atingi-lo. O nível de implementação dessas ações nos estados analisados é basicamente o mesmo, exceto a Bahia que criou e executa um cadastro estadual, fornece assistência técnica para orientar e efetivar o registro dos empreendimentos em todas as instâncias necessárias, e realiza parceria com a junta comercial do estado para tentar adequar as exigências burocráticas desse órgão com a realidade dos empreendimentos e, assim, fomentar o registro. Portanto, pode-se constatar que o nível de implementação de ações de formalização e registro do estado da Bahia está mais avançado do que nos demais estados analisados.

#### **4.4 Programas de Acesso ao Crédito**

O acesso ao crédito refere-se aos programas que concedem crédito para os empreendimentos econômicos solidários, que fomentam os bancos comunitários e os fundos rotativos solidários. Para Singer (2008) o maior obstáculo da economia solidária é o crédito. O acesso ao capital é o maior desafio, porque os empreendimentos são pobres, eles não se constituem com base no capital de acionistas ou proprietários, e se formam a partir da junção de força de trabalho coletiva. O sistema financeiro formal é voltado para empresas e governos e não abrangem empreendimentos dessa natureza, ou seja, pode-se identificar o que o autor denomina de a “exclusão financeira”, e que a economia solidária busca superar esse cenário usando alguns instrumentos, como os bancos comunitários, fundos rotativos e programas de microcrédito.

No Distrito Federal não há um programa específico para atender as demandas de investimento e capital dos empreendimentos de economia solidária, o que existe é a inclusão de artesões na lista de beneficiários do Programa de Microcrédito – Prospera, que pertence à Secretaria Adjunta do Trabalho do Distrito Federal. Não há, no entanto, programas de apoio a outros instrumentos como bancos comunitários e fundos rotativos.

Em Minas Gerais, o Programa de Geração de Renda e Inclusão Produtiva promove o acesso aos instrumentos de microcrédito e os recursos são para fomentar fundos rotativos. O entendimento é que o crédito para os empreendimentos é um meio importante de fomentar o desenvolvimento local. “São os grupos, os bancos comunitários, que a gente acha que é um instrumento que fortalece muito a geração de renda da região também” (Entrevista 1, Minas Gerais).

No estado da Bahia, o previsto em lei são as linhas de crédito especiais, mas as ações implementadas são mais abrangentes. Dentro da estrutura da Superintendência de Economia Solidária criou-se uma coordenação específica chamada Coordenação de Microcrédito e Finanças Solidárias, para implementação das ações na área do crédito. Foi lançado um edital de finanças solidárias com recursos de R\$ 3,5 milhões voltados ao fomento de bancos comunitários, cooperativas de crédito e fundos rotativos. A Superintendência também oferta crédito de forma direta por meio do programa de microcrédito chamado CrediBahia. Está previsto também um desdobramento desse programa que ampliará o público beneficiário, incluindo também as cooperativas, associações e demais empreendimentos.

Uma outra forma de oferta crédito pelo programa CrediBahia é por meio de convênios com prefeituras municipais, que assinam um termo de adesão e se comprometem a trabalhar o programa. No município participante, o programa é divulgado por meio de um agente de crédito, e também é disponibilizado um espaço com infraestrutura necessária para atender os empreendedores. Cerca de 177 municípios fazem parte desse programa e em cada um deles possuem de dois a quatro agentes de crédito que levam informação sobre o programa, oferecem orientação técnica acerca da viabilidade do produto que o empreendimento quer produzir. Dessa forma, a concessão do crédito é precedida de orientação técnica.

Em Pernambuco, por meio do projeto Integra, a Gerência de Economia Solidária desenvolve ações para estimular a criação de um banco comunitário, uma associação de crédito popular e de um fundo solidário. A Gerência possui um fundo próprio destinado a concessão de crédito aos empreendimentos, e esse fundo é proveniente da Agência de Fomento do Estado de Pernambuco – Agefepe.

Pode-se afirmar o objetivo de fornecer crédito está descrito de forma muito sintética nas leis, e alguns estados foram além do que prevê tal sucinta regulamentação. O Distrito Federal adaptou um programa que já existente para apoiar empreendedores individuais, deixando de beneficiar os demais grupos. Os outros três casos concentram o apoio mediante a crédito aos bancos comunitários, fundos rotativos solidários, cooperativas de crédito, demais cooperativas e associações. No entanto, a Bahia destaca-se por possuir diversas formas de conceder crédito, por meio de editais, parceria com prefeituras e programas específicos próprios. As ações nesse estado são mais numerosas, mais abrangentes e possuem um volume maior de recursos. Portanto, pode-se afirmar que o nível de implementação de ações de crédito é mais expressivo no estado da Bahia em comparação com os demais estados explorados.

#### **4.5 Ações Intragovernamentais e com os demais autores da política**

Nessa categoria temática buscou-se verificar se políticas públicas analisadas estabelecem como um dos objetivos a interação com os demais atores do campo da economia solidária e como isso ocorre. Para França Filho (2007), a economia solidária é um movimento social singular muito devido as características dos atores sociais que a compõe. Em função dessa dinâmica de atores em movimento, as expressões do campo passaram de formas de auto-organização socioeconômicas para formas de auto-organização sociopolítica, ao passo que com a participação dos poderes públicos esse processo desenvolveu-se e tornou-se mais complexo.

Na primeira unidade de análise, o Distrito Federal, o que pode ser constatado de ação implementada é a participação da Secretaria responsável pela pauta, por meio da Gerência de Economia Solidária, como membro do fórum nacional e distrital de economia solidária. Também ocorre, ainda que não formalizado, um diálogo com professores da Universidade de Brasília.

Em Minas Gerais, a Superintendência de Economia Solidária tem parceria com o Conselho Estadual de Economia Solidária e Fórum Mineiro de Economia Solidária, além de participar da Rede Nacional de Gestores de Economia Solidária. Sobre as entidades de apoio, são firmadas parcerias com a Universidade Federal de Minas Gerais e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Com os municípios o trabalho é feito no sentido de estimular a criação de conselhos municipais e também de políticas municipais de economia solidária. Para esses conselhos são realizadas oficinas de capacitação dos conselheiros, abrangendo desde o funcionamento do conselho até o papel do conselheiro. Com a sociedade civil organizada, foi identificada uma parceria com a Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais – Utramig, para realização de cursos de capacitação voltados à produção e à comercialização de produtos artesanais das comunidades quilombolas na região norte do estado. Outra parceria é com a Associação Aprender e Produzir Juntos – APJ para desenvolvimento de uma feira regional da economia popular solidária. Com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST realiza-se eventos, como Circuito Mineiro de Arte e Cultura da Reforma Agrária, onde é realizada comercialização de produtos e também de fortalecimento de diálogo com esse movimento social.

Na Bahia, pode ser identificado parcerias entre outras Superintendências e Secretarias Estaduais. Verificou-se também ações conjuntas com prefeituras para realização de feiras de comercialização, para dar suporte quando município tem a intenção de aprovar uma lei municipal de economia solidária. A Superintendência também participa da Rede Nacional de Gestores de Economia Solidária, e ocupa função da Secretaria Executiva da Rede por entender que essa rede é um mecanismo importante que permite realizar intercâmbio entre gestores estaduais e municipais da política. Com instituições de ensino, o diálogo estabelecido com as universidades é bastante sólido. A Superintendência já apoiou projetos de extensão de incubadoras tecnológicas de economia solidária e atualmente trabalha conjuntamente com a Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Universidade Católica do Salvador – UCSal e Instituto Federal Baiano. O trabalho com as universidades envolve Centros Públicos e Centros Vocacionais Tecnológicos – CVT. Também foram identificados projetos em parceria voltados ao fomento de assentamentos agrários. O intuito de se trabalhar conjuntamente com instituições de ensino não é somente o de fomentar os empreendimentos por meio de assistência técnica, mas também de apoiar a pesquisa e a produção de conhecimento e, assim, poder contribuir com a ciência e difundir boas práticas na área.

Uma parceria com resultados importantes foi a que se estabeleceu entre deputados estaduais e federais e a Superintendência de Economia Solidária. São disponibilizadas emendas com a finalidade de doar ativos para os empreendimentos econômicos solidários. Nessa parceria, a Superintendência indica empreendimentos que estão inscritos em algum de seus programas e os deputados avaliam para quais serão repassados.

Em Pernambuco, a Gerência de Economia Solidária possui participação direta como membro do Fórum Metropolitano de Economia Solidária e do Conselho Estadual de Economia Solidária e nesses espaços discute-se as atividades relacionadas aos projetos que executa. A Gerência também faz parte da rede nacional e regional de gestores na economia solidária. No que diz respeito à parceria com outras secretarias do estado, a Gerência articula-se à Secretaria Desenvolvimento Econômico, Secretaria da Mulher, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Secretaria de Cultura, para levar inclusão social aos membros dos empreendimentos econômicos solidários e para conseguir acesso a mais espaços públicos para realização de feiras e eventos de comercialização. Com relação à articulação com universidades, a Gerência participa de grupos de pesquisa e extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco e da

Universidade Federal de Pernambuco.

O que se pode inferir a respeito dessa categoria temática é que no Distrito Federal, esse relacionamento entre atores ocorre de maneira muito embrionária, restringindo-se apenas as redes e fóruns de economia solidária. A realidade dos estados de Pernambuco e Minas Gerais é mais ampla, pois existe interação redes, fóruns, entidades de apoio e fomento e órgãos de governo das três esferas de governo. Já a Bahia apresenta um melhor desenvolvimento em relação aos outros casos, em função do número maior de interações, sua abrangência e volume de recursos desprendidos, até mesmo com a divulgação de editais para realização de projetos em parceria. Pode-se notar que o nível de implementação de ações em conjunto com os demais autores da política é mais elevado no estado da Bahia em comparação aos demais casos estudados.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa foi analisado como as políticas públicas contribuem para a institucionalização do campo da economia solidária. Com a identificação de dezenove políticas públicas estaduais de economia solidária e análise de seus objetivos e instrumentos, foi observado que a redação do texto dessas leis são bastante semelhantes, fato que demonstra que, de modo geral, há no âmbito dos governos estaduais uma convergência de entendimento do que consiste a economia solidária, seus princípios e valores, demandas dos empreendimentos, assim como a forma que o poder público pode agir para apoiar e fomentar o movimento.

O aprofundamento do estudo das ações e instrumentos implementados, bem como a abrangência, o alcance, o volume de ações, instrumentos e recursos destinados à execução da política pública de economia solidária permitiram constatar que a prática das atividades públicas investigadas está em consonância com o quadro teórico a respeito da economia solidária fundamentado nesta pesquisa. As categorias de análise definidas *a priori*, por exemplo, estão de acordo com a sistematização das ações públicas, pois possuem os mesmos temas das coordenações e diretorias das superintendências de economia solidária.

Com relação ao nível de análise considerado nessa pesquisa, os estados da Bahia e Minas Gerais possuem alto nível de institucionalização, em função do alcance e volume de suas ações, bem como por permitem disseminar a cultura da economia solidária e, conseqüentemente, por proporciona reconhecimento social e legitimação para o movimento. Contudo, uma análise mais atenta destes dois casos, é possível afirmar que a Bahia estabeleceu-se como referencial nacional para políticas, pesquisas e boas práticas de economia solidária. Suas ações cumprem o que está previsto em lei, bem como criam um ambiente institucional e difunde a cultura da economia solidária na sociedade quando propõe ações em diversos espaços físicos como *shoppings centers*, feiras, secretarias de governo, centros públicos, e ainda propaga o movimento como instrumento em outras esferas da vida pública, como o combate ao racismo institucional e fomento ao empreendedorismo negro. Outros elementos que reforçam o alto grau de institucionalização da política baiana é o fato de ser o único estado dentre os analisados, que aprovou isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS aos empreendimentos econômicos solidários, além de possuir em tramitação uma lei que regulamenta o acesso às compras públicas por esses grupos, além disso, ser o único estado a manter diálogo com a Junta Comercial, e também pelo fato de a constituição da Superintendência de Economia Solidária e a implementação de suas ações terem sido executadas antes mesmos da aprovação da política pública estadual de economia solidária naquele estado.

Este estudo contribui para proposições de novas políticas públicas de fomento à

economia solidária e também de norte para que sejam implementadas aquelas aprovadas e não regulamentadas. Segundo Alcântara (2005), existe uma ausência de dados sobre as iniciativas do governo para a institucionalização da economia solidária e, portanto, não haveria como se afirmar em que nível estaria esse processo. Contudo, nessa pesquisa com base nos achados empíricos mostrou em que nível de implementação encontram-se essas políticas, assim como demonstrou como está o processo de institucionalização nos casos analisados.

Sugere-se estudos futuros que possam analisar a percepção dos beneficiários dessas políticas. Outra sugestão seria analisar a interpretação dos outros atores sociais do campo, como as organizações da sociedade civil, fóruns, conselhos, rede nacional de gestores. Pesquisas futuras também podem aprofundar mais a respeito da proposta deste trabalho de analisar os níveis de institucionalização dessas políticas.

Por fim, é importante ressaltar que a economia solidária é um campo em construção e, portanto, não há como restringir um quadro de análise nesse estudo, e sim dar novas perceptivas quanto à sua institucionalização no Brasil. O grande desafio é a aprovação de um marco regulatório federal que oriente a formulação de políticas públicas de economia solidária e também das políticas transversais que impactam suas ações, como as legislações tributárias, trabalhistas, pois a existência de um ambiente legal comum também afeta o alcance da legitimação. Considerando que o cenário da economia solidária é recente, e ainda mais quando se refere ao recolhimento como política pública, há que se conhecer grandes avanços em pouco tempo. A sua razão de existência já foi bastante extrapolada. Pode-se reconhecer que além de criar oportunidades de trabalho e renda para as pessoas, a economia solidária proporciona também desenvolvimento territorial e sustentável, mas a consolidação do campo só será possível quando os elementos reguladores e normativos do ambiente foram adaptados aos seus princípios, expressões, práticas e cultura.

## 6. REFERÊNCIAS

- Alcântara, F. H. C. (2005). *Economia Solidária: O Dilema da Institucionalização*. São Paulo: Arte & Ciência Editora.
- Andion, C. (1998). Gestão em organizações da economia solidária: contornos de uma problemática. *Revista de Administração Pública*, (I), 7–25. Retrieved from <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewArticle/7680>
- Eisenhardt, M. K. (1989). Building theories from case study research. *Academy of Management Review*.
- França Filho, G. C. de. (2007). Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 7, 155–174.
- França Filho, G. C. de. (2008). A via sustentável solidária no Desenvolvimento Local. *O&S*, 15(48), 219–232.
- França Filho, G. de C., & Laville, J.-L. (2004). *Economia solidária: uma abordagem internacional*. (E. da UFRGS, Ed.). Porto Alegre.
- Gaiger, L. I. (2013). A Economia Solidária e a Revitalização do Paradigma Cooperativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28(82), 211–228.
- Gray, D. E. (2012). *Pesquisa no Mundo Real* (2. ed.). Porto Alegre: Penso.
- Leite, M. de P. (2009). A Economia Solidária e o Trabalho Associativo. Teorias e realidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24(69), 31–51.
- Ministério do Trabalho, B. Portaria Nº 1.780, de 19 de novembro de 2014. Institui o Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários - CADSOL (2014). Brasil.
- Ministério do Trabalho e Emprego. Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária -



- SIES - Boletim Informativo (2013). Brasília.
- Nagem, F. A., & Silva, S. P. (2013). Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 21(46), 159–175.
- Natividade, E. A., Pereira, J. R., & Oliveira, V. A. R. de. (2011). Gestão Social de Políticas Públicas de Geração de Trabalho e Renda: Uma Reflexão por meio das Ações da Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Administração Pública e Gestão Social*, 3(1), 1–22.
- Pochmann, M. (2004). *Economia solidária no brasil: possibilidades e limites. Mercado de trabalho: conjuntura e análise - Artigos*.
- Praxedes, S. F. (2009). Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias. *Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise – Artigos*.
- Saunders, M., Lewis, P., & Thornhill, A. (2009). *Research Methods for Business Students* (5<sup>o</sup> ed.). Harlow, England: Pearson Education.
- Schiochet, V. (2009). *Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. Mercado de Trabalho* (Vol. 40).
- Silva, R. F. da, & Silva, S. P. (2015). *Em Busca de um Marco Legal para a Economia Solidária no Brasil: Análise da Trajetória do PL Nº 4.685/2012*. (I. de P. E. A.- IPEA, Ed.), *Mercado de Trabalho* (58th ed.). Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.
- Silva, S. P. (2017). *Texto para Discussão - Análise das Dimensões Socioestruturais dos Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil* (No. 2271). Rio de Janeiro.
- Singer, P. (2008). Economia solidária. Entrevista com Paul Singer. *Estudos Avançados*, 22(62), 289–314.
- Singer, P. (2009). Políticas Públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. In Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ed.), *Mercado de trabalho: conjuntura e análise - Artigos* (39th ed., pp. 43–48). Brasília.
- Singer, P., Silva, R. M. A. da, & Schiochet, V. (2014). Economia Solidária e os Desafios da Superação da Pobreza Extrema no Plano Brasil Sem Miséria. In *O Brasil Sem Miséria* (1<sup>o</sup> Edição, pp. 425–445). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.
- Utting, P. (2016). Promoting Social and Solidarity Economy through Public Policy. In UNRISD (Ed.), *Policy Innovations Transformative Change. Implementing the 2030 Agenda for Sustainable Development*. (pp. 115–140). Geneva: United Nations Publications.
- Yin, R. K. (2010). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos* (4. ed.). Porto Alegre: Bookman.